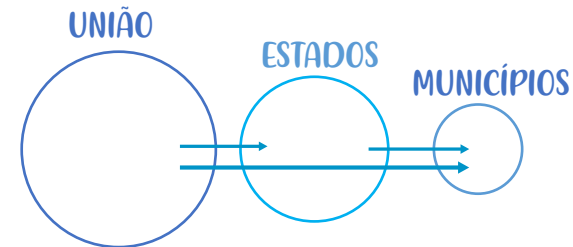


REPARTIÇÃO de receitas

ASPECTOS GERAIS

- Previsão **constitucional**.
- A repartição das receitas com outro ente **não altera** a titularidade da **competência** tributária (continua sendo daquele a que foi atribuída)
- Pode ser **total** ou **parcial**.
- Sempre de entes **maiores para menores**:



- Visa proteger a **autonomia financeira** dos entes federativos **menores**

TIPOS:

- **Direta**: recursos recebidos do ente diretamente sem a presença de qualquer intermediários.
- **Indireta**: recursos são enviados a fundos especiais e então direcionados aos entes

IMPOSTOS NÃO SUJEITOS A REPARTIÇÃO

- Todos os impostos **municipais** (ITBI, IPTU, ISS)
- Todos os impostos de competência do DF (Não é dividido em municípios)
- ITCD (dos estados)
- II, IE, IGF, IEG (da União)

REPARTIÇÃO DE RECEITAS

UNIÃO

ESTADOS E DF

MUNICÍPIOS

IR RETIDO NA FONTE

(pago aos servidores)

100%

100%

IR (Demais hipóteses) + IPI

(total distribuído=50%)

21,5% - FPE

3% para regiões

Norte

Centro-oeste

Nordeste (metade para o semi-árido)

22,5% - FPM

+ 1% julho (EC 84/2014)

+ 1% setembro (EC 112/2021)

+ 1% dezembro (EC 55/2007)

IPI

10% FPEX *

(Fundo de compensação de exportações)

* Distribuição proporcional ao valor das exportações de produtos industrializados (limitado a 20% por estado)

25%
(2,5% do total)

IOF SOBRE O OURO

(ativo financeiro/ instrumento cambial)

30%

70%

IMPOSTOS RESIDUAIS

20%

—

ITR cobrado pela união

—

50%

ITR cobrado pelo município

—

100%

CIDE - COMBUSTÍVEIS

(único que não é imposto)

29%

25%
(7,25% do total)

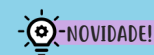
ICMS

25%

IPVA

50%

- No mínimo **65%**:
Na proporção do valor adicionado no território do município
- Até **35%**:
Conforme dispuser lei estadual.
No mínimo 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade (Atualizado conforme a EC 108/20)



-NOVIDADE! (Atualizado conforme a EC 108/20)